O PROCESSO NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Como ajuizar a demanda?

Recorra à unidade mais próxima de sua casa (normalmente situada no Fórum). O pedido pode ser feito por escrito ou oralmente. É preciso anexar ao pedido todos os documentos que comprovem a reclamação: notas fiscais, recibos, orçamentos, material publicitário, faturas, extratos bancários, contratos, etc. Devem ser informados os dados da parte contrária (nome ou razão social, endereço completo). Também é importante saber os dados das eventuais testemunhas existentes, como nome e endereço. Caso essas testemunhas não se disponham a comparecer espontaneamente, o autor da ação pode requerer ao Juiz que elas sejam intimadas a fazê-lo, até cinco dias antes da audiência.

Quem pode recorrer ao JEC e quais causas ele aceita? É preciso estar representado por advogado?

Como regra, o JEC aceita apenas causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda 40 salários mínimos. Quando o valor da causa for de até 20 salários mínimos, não é necessário constituir advogado - os funcionários do Juizado auxiliam o autor da ação, para preparar a inicial. As causas de valor entre 21 até 40 sm, necessitam da presença de um advogado. Pela lei, podem recorrer ao JEC somente pessoas físicas capazes (uma das exigências, portanto, é ser maior de 18 anos). Podem ser réus tanto pessoas físicas quanto jurídicas, com exceção de órgãos públicos (o processo, nesse caso, deve ser iniciado nos Juizados Especiais Federais, onde houver, onde o valor aceito é de até 60 salários mínimos).

Como o principal objetivo do Juizado é a rapidez na solução de questões mais simples, ele não aceita causas cíveis mais complexas que versem sobre estado, capacidade, resíduos (sucessões), alimentos; questões trabalhistas, alimentares, fiscais, de interesse da Fazenda Pública. Também não poderão ser julgadas por estas Casas, causas que exijam perícia.

Primeiro passo: Audiência de conciliação

Uma vez proposta a demanda, o JEC programa uma primeira audiência de conciliação, onde normalmente quem preside é um funcionário do Juizado, e se pergunta às partes se há possibilidade de um acordo. Se o autor não comparecer, o processo será extinto. Se houver acordo, o acordo será imediatamente colocado por escrito (a sua homologação), constituindo-se numa sentença com eficácia de um título executivo, ou seja, seu cumprimento poderá ser exigido judicialmente, em caso de descumprimento.

Em não havendo conciliação...

... necessariamente será marcada uma audiência de Instrução e julgamento, quando o juiz de Direito ouvirá as partes e as testemunhas, analisará as provas apresentadas e dará sua sentença.

Nessa audiência, a falta do autor também acarretará a extinção do processo; se o réu faltar, os fatos narrados serão considerados verdadeiros, a não ser que o Juiz esteja convencido – a partir das provas do contrário. A parte derrotada não precisará pagar as custas judiciais ou honorários de sucumbência (aqueles que são estipulados pelo Juiz e pagos ao advogado da parte vencedora, como acontece no processo na Justiça Comum).

Caso não concorde com a decisão

Se o vencido quiser recorrer da decisão, deverá fazê-lo em 10 dias, contados da ciência da sentença, por escrito. Normalmente, os Juizados exigem, para o recurso, que a parte esteja representada por um advogado. Como o recurso abre a segunda fase do processo no JEC, agora sim é exigido o pagamento de custas, como imposição da lei. O recurso será apreciado por um colegiado de três Juízes, chamado Turma Recursal. Caso eles confirmem a sentença, a parte perdedora deverá pagar os honorários de sucumbência – 10% a 20% do valor da condenação, mais as custas do processo.

Caso a empresa não cumpra o acordo ou a sentença...

... o consumidor pode procurar o mesmo Juizado em que foi feita a conciliação ou proferida a sentença. O Juizado Especial Cível é competente para executar seus julgados (suas decisões).

Atenção! O funcionamento dos Juizados Especiais é regulado pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

A PRO TESTE tratou dos Juizados Especiais Cíveis em matéria publicada na edição de número 17 da revista. Pode caber Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF) se houver lesão a princípio constitucional.

OBS: Pela Lei dos Juizados Especiais, se o autor optar por entrar com sua ação nestes Juizados, e o valor de sua causa for superior a 40 sm, precisará abrir mão do valor excedente a esse limite. Caso contrário, deverá entrar com ação na Justiça comum, se não for caso que cabe à Justiça especializada.